

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMOES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araujo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

As saídas para a crise

Uma redefinição do papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e à instrumentação do Governo, nos três níveis da hierarquia federativa, para funcionar como agente ativo das aspirações da coletividade nacional, eis a quanto se resume a exposição feita pelo presidente Sarney perante o Ministério ontem reunido. Tais conceitos não foram captados às formulações retóricas, mas expressam as próprias diretrizes governamentais inscritas na proposta orçamentária para o exercício de 1989.

Duas poderosas alavancas foram acionadas sob o impulso coativo da Lei de Melos, com prazo para submissão ao Congresso Nacional até 31 do mês corrente. Conforme sublinhou o Presidente da República, a primeira força operativa relaciona-se com a redução quase opressiva dos gastos públicos, com vista à estabilização dos desequilíbrios contábeis da União, para servir, também, ao propósito de atender à devolução da autonomia financeira aos Estados e Municípios, já consagrada no novo texto constitucional. A segunda associa-se à inevitável necessidade de eliminar a hipertrofia do setor público, mediante o enxugamento da máquina administrativa e renúncia do Estado ao papel até agora desempe-

nhado de principal ator da cena econômica.

Movimenta, assim, o Governo os meios considerados eficazes para solapar as bases sobre as quais se ergue a formidável crise de liquidez do sistema econômico, cuja maior projeção é o processo inflacionário de altíssimo potencial corrosivo. De um lado, o Estado abandonará sua face intervencionista, tanto por via da desregulação da economia, para deixá-la fluir segundo os princípios de mercado, quanto pela transferência à iniciativa privada das empresas que operam indevidamente. De outro, oferecerá o testemunho de sua obstinação em reequilibrar as finanças públicas, através do exercício da austeridade nos gastos oficiais até os limites máximos, de modo a inibir o principal agente da inflação — o déficit público.

— Não há outra forma de eliminar o impasse econômico, político e social. É indispensável, pois que a consciência esclarecida da Nação apóie e sustente o esforço governamental, principalmente aqueles cidadãos com responsabilidade de mandatários do povo. Do contrário, não haverá qualquer segurança sobre o futuro e nem esperanças para galvanizar as energias libertadoras da sociedade.